

MONCORVO FILHO E A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: EM NOME DO DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO

Data de submissão: 22/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Adriano Rosa da Silva

Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Mestrando em Educação pela Universidade de Lisboa. Licenciado em História e em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

RESUMO: O presente trabalho busca compreender a perspectiva da caridade científica e seus rebatimentos na exequibilidade da assistência à infância na Primeira República, tendo em vista que as discussões a respeito da criança ganham crescente importância na agenda política e científica no início do século XX no Brasil. A pesquisa se apoiou em dados quantitativos e qualitativos. Assim, tenciona-se investigar, nesse estudo, a rede de proteção e assistência filantrópica à infância, considerando a trajetória do médico higienista Arthur Moncorvo Filho. Para elucidar essas questões, buscou-se fontes primárias e referencial teórico mediante material bibliográfico atinente a essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência à infância. Filantropia. Moncorvo Filho.

ABSTRACT: The present work seeks to understand the perspective of scientific charity and its impact on the feasibility of child care in the First Republic, considering that discussions regarding children gained increasing importance on the political and scientific agenda at the beginning of the 20th century in Brazil. The research was based on quantitative and qualitative data. Therefore, this study intends to investigate the network of protection and philanthropic assistance to children, considering the trajectory of the hygienist Arthur Moncorvo Filho. To elucidate these questions, primary sources and theoretical references were sought using bibliographic material related to this theme.

KEYWORDS: Child care. Philanthropy. Moncorvo Filho.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, após a instauração da República, o problema da infância, caracterizado especialmente pela elevada mortalidade infantil, tornou-se intolerável, segundo as novas sensibilidades e exigências civilizatórias, e passou a representar uma ameaça ao ideal

de construção da nação. Nesse ambiente ideológico que passou a ser pautado pelo higienismo, surgiram as primeiras iniciativas modernas de assistência às crianças. Médicos e higienistas, sensibilizados pelo problema da infância e apoiando-se num discurso que mesclava concepções sobre a assistência à infância e o progresso social, tomaram para si a função de promover a proteção e o amparo à saúde de mães e filhos e reduzir a indiferença da sociedade à mortalidade infantil (FREIRE, 2009).

Esse projeto, embora desenvolvido inicialmente por médicos higienistas e pela filantropia laica, ganhou legitimidade crescente entre setores da elite intelectual e política, que passaram a reivindicar do poder público maior atenção a esse grupo. Quanto aos filantropos, atuavam no que para eles se constituía na modernização de concepções e instituições sociais, na medida em que eles se colocavam como inovadores no campo da assistência, ao propugnarem a necessidade de novas condutas sociais para a garantia da moralidade pública. A filantropia, com seu aparato científico, se converteu na pedra de toque das ações de amparo à infância no Brasil.

2 | OS FILANTROPOS DA NAÇÃO E A CARIDADE CIENTÍFICA

A filantropia, como aponta Duprat (1993), é um conceito que vai se modificando de acordo com o tempo e assume diferentes características semânticas em determinados momentos e espaços sócio-históricos. Distingue-se da caridade por não possuir a dimensão da piedade e, sim, da utilidade social. Desse modo, é na virada do século XIX para o XX que a filantropia se desenvolve como um princípio legitimador de uma nova elite fundamentalmente urbana em formação no país (MARCÍLIO, 2006). Para a autora, a filantropia se desenvolveu com a dominação política de uma nova elite urbana, constituindo-se como ideologia de instituições e também como um ideário para a sociedade na Primeira República. Nesse ângulo, segundo Duprat (1993), a filantropia pode ser entendida, grosso modo,

como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. O fazer o bem, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; e a generosidade é entendida pelos filósofos ilustrados como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar, doar largamente, daí a forte presença das grandes fortunas entre os principais filantropos. Contudo, tanto a caridade quanto a filantropia destinam suas obras aos necessitados (DUPRAT, 1993).

Para Duprat (1993), a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma, “visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores” (DUPRAT, 1993, p. 54). Sobre isso, autores como Mestriner (2001) e Wadsworth (1999),

apontam que a laicização da caridade acabaria por incorrer na filantropia, inferindo que a caridade cristã e sua postura de resignação ante a pobreza, caracterizada nas ações individuais, coletivas e mesmo institucionalizadas, não se coadunam com o novo espírito científico. É interessante observar que a medicina higienista e filantrópica atuou, a partir de 1870, baseada em modelos de assistência à infância em fóruns nacionais e internacionais e ancorados no espírito nacionalista da época (GONDRA, 2000).

Nesse prisma, segundo Marcílio (2006), a filantropia emergiu fundamentada pela ciência com a finalidade de organizar a assistência de acordo com as necessidades sociais, políticas, econômicas e morais, as quais vieram com o advento da República. Com práticas que promoveram a fusão entre o interesse individual, ou de grupos, e o interesse geral, a filantropia possibilitava ações que não interferiam nos interesses da ordem, ao contrário, ajudavam a minimizar o papel do Estado em relação à pobreza (MARCÍLIO, 2006). Nesta via, a organização de médicos higienistas na criação de instituições de assistência e proteção à infância faz parte da tendência filantrópica, cujo projeto societário, é a formação de uma nação forte, sadia e higienizada (MESTRINER, 2001).

Considerando as questões expostas, as estratégias propostas abrangiam também a educação das mulheres de forma a garantir a formação física e moral dos filhos, por meio da aplicação dos princípios da puericultura. Nesse cenário, sobressaía-se o papel dos médicos higienistas no atendimento das crianças pobres. Dispostos a enfrentar o “problema da infância” por meio de medidas higienizadoras, tais médicos defendiam não apenas a assistência materno-infantil, mas também proposições a respeito da educação das mães, com vistas à formação física e moral dos filhos (FREIRE, 2009).

Segundo Dias (2007), a atuação desses médicos higienistas foi o que instituiu o novo modelo filantrópico de assistência, que iria combinar intervenção pública, filantropia e ciência médica. Fundam-se nessa época as bases da puericultura no Brasil, definida como a ciência que trata da higiene física e social da criança. Nascido na Inglaterra e na França no século XVIII, a base da puericultura era na orientação à higiene da maternidade e da infância. Para essa autora, a racionalização da assistência era indiscutivelmente um imperativo do século XIX. Nessa senda, a questão da racionalização da saúde do menor é levantada devido às altas taxas de mortalidade infantil, tanto na sociedade em geral quanto nos asilos (DIAS, 2007).

Nessa dinâmica, acerca da questão do financiamento às ações de proteção à infância, segundo Mestriner (2001), Asilos, Orfanatos, Casas de Misericórdia, de gestão da Igreja Católica recebiam doações da Coroa Portuguesa desde os tempos coloniais. A destinação de recursos a essas obras caritativas era comum entre os seguidores da fé católica. Nesse âmbito, a caridade, expressa especialmente pela benemerência católica, não ocorria necessariamente apartada do aparelho estatal. Diante desse processo, faz-se necessário destacar que a benemerência pode ser situada também a partir de uma perspectiva de institucionalização, além da caridade exercida individual e pontualmente,

por meio de esmolas (MESTRINER, 2001).

Cabe apontar que Dias (2007) desenvolve críticas aos objetivos dos filantropos, utilizando-se do exemplo francês de filantropia no século XIX, a autora aponta que filantropia é instrumentalizada pelas elites de forma a domesticar e despolitizar a população. Nessa linha de entendimento, afirma a autora que as organizações filantrópicas neste período se organizavam em torno de núcleos que permitem um posicionamento estratégico “entre as funções do Estado liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população” (DIAS, 2007). Dessa maneira, a referida autora aponta polos sobre os quais os filantropos se apoiavam para lograr seus objetivos. Para a autora, o primeiro seria o assistencial, o qual, alicerçado no liberalismo estatal, transferiria “para a esfera privada as demandas que lhe são formuladas em termos de direito ao trabalho e à assistência”. O segundo polo é o médico-higienista, o qual ao invés de tentar conter a atuação do Estado, o instrumentaliza para evitar um desmantelamento social, o qual ocorreria por conta do “enfraquecimento físico e moral da população, do surgimento de lutas, de conflitos” (DIAS, 2007).

Nessa vertente, apesar de sua raiz humanitária, a filantropia foi se consolidando, desde os primórdios do liberalismo, mas possui uma base na sensibilidade moral como modo de aproximar a miséria e a ordem. “Com isso, a filantropia elabora, pragmaticamente, uma referência ao interesse coletivo, de natureza essencialmente moral, que é o de reduzir a miséria e o perigo social que ela representa” (MARCÍLIO, 2006). Nessa direção, Marcílio (2006), em seus estudos, ao referir-se à “gestão filantrópica da pobreza urbana” nas primeiras décadas do século XX no Brasil, aponta para uma grande preocupação com “a devassidão dos costumes, a indisciplina cívica e a desobediência civil” no período ao qual nos remetemos (MARCÍLIO, 2006).

Assim, Marcílio (2006) aponta que a filantropia se faz em um território complexo: “a percepção da cidade como lócus de decadência moral”. Por essa linha de pensamento, congruente à lógica liberal, com o fim da escravidão, a imagem de uma sociedade cindida entre senhores e escravizados, sustentada em linhas de sociabilidade que preservavam a distância e a hierarquia, fundamentos de uma ordem autoritária e desigual, dissipa-se. Em seu lugar, emerge uma imagem difusa de horror e medo, em que os pobres invadem o espaço urbano, comparecendo com suas “idiossincrasias”, os maus costumes, a ignorância, a insubordinação, a incompreensão dos valores prevaletentes em uma civilização, atrapalhando a marcha do progresso, depondo contra as virtualidades futuras da nação. O que se reflete em uma verdadeira imagem de medo que se espelha em verdadeira caçada aos “comportamentos periféricos”, objeto de intimidação policial, de sanção judiciária, de ação filantrópica (MARCÍLIO, 2006).

Sob esse ângulo, para Rizzini (2011), o Estado concentrava suas ações em iniciativas isoladas, geralmente a partir do princípio de “subsidiariedade”, ou seja, subvencionando as organizações filantrópicas, com doações de imóveis, isenções de impostos e direcionamento de verbas. Até fins do Brasil Império, esses serviços eram

prestados quase que exclusivamente por ações de caridade da Igreja Católica, vinculada ao governo imperial (RIZZINI, 2011). Nesse contexto, segundo Freire e Leony (2011), a filantropia prosperou no país e a intervenção estatal passou, em um segundo momento, a se tornar parte dos clamores de boa parte da elite, o que só ocorreria efetivamente sob o governo de Getúlio Vargas no Estado Novo. Isso porque o projeto modernizador republicano compreendia a pobreza extrema como um entrave ao desenvolvimento de uma nação que pretendia ser “civilizada”. Assim, Freire e Leony (2011) apontam ainda que nesse momento “os problemas sociais são da esfera da filantropia” e que “a questão social é tida e havida como objeto da filantropia (mais uma vez das elites que dispunham recursos para tanto), à qual se associava prestígio social” (FREIRE e LEONY, 2011).

Nesta via, conforme Silva Jr. e Garcia (2014), etimologicamente, a palavra filantropia significa “amor à humanidade”, sendo oriunda do grego *philo* (amor) e *anthropos* (humanidade). Essa definição, atribuída a Platão, possuía ainda, de acordo com Gondra (2002), os aspectos de saudação, ajuda e hospitalidade, tendo sido o aspecto da “ajuda” a acepção acolhida na modernidade. Analisando a obra de Aristóteles, ele define a filantropia como sendo “uma disposição difusa para simpatizar com os outros, que quando refinados pelo julgamento podem tornar-se piedade” (GONDRA, 2002). Sobre a filantropia aristotélica, argumenta ainda o autor que “todos os indícios parecem apontar para a mesma conclusão: que a filantropia significa um sentimento de solidariedade relativamente generalizado e indiscriminado pela humanidade” (GONDRA, 2002).

Tendo como norte a afirmação de Wandsworth (1999), “a filantropia constitui-se, pois no campo filosófico, concernente à moral dos valores, como o altruísmo e a comiseração que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas no caráter da relação” (WANDSWORTH, 1999). A filantropia, como aponta Viscardi (2011) é um conceito que vai se modificando de acordo com o tempo e assume diferentes características semânticas em determinados momentos e espaços sócio-históricos. Para a autora, assim, distingue-se da caridade por não possuir a dimensão da piedade e, sim, da utilidade social. Pondo em relevo a divergência entre caridade e filantropia, enquanto a primeira era campo exclusivo das Irmãs de Caridade, a segunda tem compromisso com os preceitos científicos, iniciando-se uma campanha contra os asilos de caridade e o sistema de Roda, levada a cabo por médicos e juristas (RIZZINI, 2011).

Nesse esforço interpretativo, conforme aponta a autora supracitada, a caridade “reflete o temor a Deus e uma atitude de resignação ante a pobreza”, em uma perspectiva de “minimização do sofrimento alheio” (RIZZINI, 2001). Já para Viscardi (2011), a filantropia, em contrapartida, é uma virtude laicizada, é uma ação continuada, refletida e não mais isolada. Além disso, enquanto a caridade tem na Igreja e em irmandades as vias pelas quais são realizadas as obras de caridade, a filantropia se constitui em um movimento organizado em torno de suas obras de utilidade social no qual seus participantes se reúnem em torno “de um mesmo movimento de expressão e de identidade do doador: elas se

remetem às convicções, o situam em um espaço social, o inscrevem no seio de um grupo de relações” (VISCARDI, 2011).

Sobre isso, Marcílio (2006) aponta que se no século XX as expressões caridade e filantropia como se referia, “às vultuosas doações a qualquer espécie de instituição não-lucrativas”, no século XVIII, essas expressões poderiam ser confundidas tanto com o amor ao próximo, como com as ações práticas de ajuda ao próximo. Para a autora, o termo caridade teria sido utilizado para denominar esforços individuais centrados na moralidade cristã de ajuda aos necessitados, ou ainda, vinculado à ideia da benevolência, sendo então a filantropia aqui entendida como a prática e a caridade como a dimensão abstrata desta. A filantropia no século XVIII se referiria, pois, “a esforços seculares, institucionalizados, ou ao menos, à sistematização dos esforços da caridade” (MARCÍLIO, 2006). De acordo com a autora, entretanto, os termos teriam se tornado, neste momento, sinônimos e a mesma aponta utilizá-los indistintamente, seguindo a direção dada pelas referências textuais com as quais trabalha. Pensando no humanitarismo americano, Dias (2007) considera a filantropia como uma expressão coletiva da caridade, enquanto Gross diferencia filantropia de caridade, apontando serem estas diferentes modalidades de serviço social. “Caridade e filantropia estão em polos opostos: um concreto e individual, o outro abstrato e institucional” (DIAS, 2007).

Outrossim, Dias (2007) aponta que tanto na França, como na Inglaterra, o termo filantropia é utilizado para “distinguir a intenção política do dever religioso” (DIAS, 2007). De acordo com a autora, se originalmente a filantropia teria sido difundida como uma virtude individual substancialmente cristã, em um segundo momento, o termo passa a representar uma ação mais social, cuja noção rivalizará com outras expressões as quais também se vinculam ao “doar”, quais sejam a generosidade, sociabilidade, ajuda, assistência, benevolência e liberalidade. Apesar de existir uma convergência entre a caridade, a beneficência e a filantropia, essas expressões também concorrem entre si semanticamente. Para a autora, a filantropia não tem como principal propósito a assistência aos pobres. De acordo com Dias (2007), ajudar os pobres não é o principal objetivo da filantropia. Durante a Revolução Francesa, a noção de filantropia assumiu um significado muito amplo para designar, em geral, qualquer benfeitor da Humanidade, seja um inventor, um explorador, um cientista ou um homem generoso (DIAS, 2007).

Nessa linha, Marcílio (2006) também particulariza a caridade com relação à filantropia. Para ela, a filantropia possuía uma dimensão pragmática do conselho, enquanto a prática caritativa possuiria um caráter mais subjetivo do dom. A filantropia seria capaz de, fazendo uso da ciência, traçar objetivos concretos e investir na assistência a um determinado grupo em detrimento de outro. “Assistência às crianças em vez de assistência aos velhos, às mulheres e não aos homens, pois, em longo prazo, esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar futuros gastos” (MARCÍLIO, 2006). Em contrapartida, a caridade não desempenha este papel, visto que sua essência se encontraria na “extremada miséria,

com a visão de um sofrimento espetacular, a fim de receber, em troca, através do consolo imediato que fornece o sentimento de engrandecimento do doador” (MARCÍLIO, 2006).

Importa observar que, trabalhos historiográficos, como Freire e Leony (2011), perceberam as transformações de uma assistência caritativo religiosa a uma assistência baseada na caridade científica¹, no Brasil do final de século XIX ao início do XX, apontam que uma das principais justificativa “era o bem coletivo do desenvolvimento nacional.” Foi um debate bem divulgado entre as camadas letradas e as elites em geral, esta defesa da proteção à infância desamparada como necessária ao progresso da nação brasileira republicana. Em face ao exposto, para Marcílio (1998), a filantropia científica, ao contrário da caridade, via, nos conhecimentos científicos, a possibilidade real de garantir a sobrevivência das crianças consideradas “desvalidas”. Entretanto, diante dessas premissas que se descortinam, é inequívoco que o processo de constituição da rede de proteção e atenção à infância no Brasil não deve ser analisado isoladamente, mas sim articulado ao desenvolvimento da assistência social como um todo².

Compondo a reflexão, encontram-se as discussões de Marcílio (2006) sobre a atuação desses “médicos-filantropos” que instituiu um novo padrão de assistência, materializada pela combinação de intervenção pública, filantropia e ciência, protótipo da rede de cuidado materno-infantil e das políticas públicas de assistência desenvolvidas na Primeira República. Segundo essa autora, no início do regime republicano, esse novo grupo social busca legitimar-se na sociedade e ascender politicamente, utilizando-se da assistência como um poderoso campo operador de sua legitimação. Um dos principais exemplos desse grupo de médicos filantropos, os quais entendiam poder colaborar para a construção de uma nação forte por meio da reprodução de uma prole saudável, foi o dr. Arthur Moncorvo Filho, cuja trajetória profissional e parte das propostas por ele formuladas quanto à proteção e assistência à infância, serão analisadas no tópico a seguir.

3 | MONCORVO FILHO E O PROBLEMA DA INFÂNCIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Todos os problemas da vida gravitam em torno do berço da inocente criança, o cidadão do futuro, a risonha esperança da pátria, a energia e a força.

Moncorvo Filho (1914, p.67)

1 Termo cunhado por Moncorvo Filho para designar a “única e verdadeira” caridade admissível nos tempos modernos (FREIRE e LEONY, 2011, p. 223).

2 Uma revisão da história da assistência à infância no Brasil, desde o período colonial, mostra-nos que toda prática assistencial voltada para crianças pobres se pautava no trabalho. As crianças índias eram catequizadas enquanto aprendiam a trabalhar; os pequenos escravos, desde muito cedo, passavam a servir aos seus senhores; as crianças abandonadas recebiam “proteção” das Santas Casas de Misericórdia até os sete anos de idade e depois eram entregues para o trabalho; as crianças órfãs eram destinadas aos asilos, onde aprendiam a desenvolver o “sentimento de amor ao trabalho”. Também se mantiveram a aplicação de castigos violentos e as péssimas condições de vida em que as crianças eram submetidas. Exemplos dessa situação não faltam na história brasileira de “atenção” à criança e ao adolescente. A resistência à catequese era capitulada na lei portuguesa como motivo suficiente para o uso da força; as crianças escravas, além de submetidas a frequentes castigos, morriam com facilidade, devido às precárias condições em que viviam seus pais; nas Rodas dos Expostos, a mortalidade era elevada em função da falta de condições adequadas de higiene, alimentação e cuidados em geral (RIZZINI; PILOTTI, 1995).

Nascido em 13 de setembro de 1871 na cidade do Rio de Janeiro, Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) passou os seus primeiros anos de vida na Europa, principalmente em Paris, onde seu pai, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, considerado o Pai da Pediatria brasileira, estagiava nos serviços de Pediatria dos professores Eugène Bouchut e Henri-Louis Roger e só conheceu sua cidade natal e aprendeu a língua portuguesa aos três anos de idade, quando voltou para o Brasil. Sua mãe se chamava Izabel da Silveira Ferreira e Figueiredo. Inicialmente, Moncorvo Filho planejava seguir a carreira militar, mas, influenciado por seu pai, diplomou-se médico em fevereiro de 1897, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendendo a tese “Das linfangites na infância e suas consequências”. Durante a graduação, trabalhou na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, instituição fundada, em 1881, por seu pai e outros médicos de renome lotados na cidade. Antes de concluir a graduação, já havia escrito mais de dez textos científicos, publicados tanto em periódicos nacionais quanto estrangeiros (SILVA JR. e GARCIA, 2014).

Com o falecimento do seu pai, passou a comandar o serviço de moléstias de crianças e tornou-se diretor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Ainda que reconheça os relevantes serviços prestados pela mais antiga das instituições de caridade no Brasil, a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Moncorvo Filho (1926) aponta o alcance limitado dessas ações e os graves problemas, decorrentes, entre outros aspectos, da superlotação e contiguidade das enfermarias, condições incompatíveis com os princípios higienistas. Foi membro efetivo de diversos conselhos médicos. Interessa observar que, desde o início de sua carreira, manifestou preocupação com a assistência médico-social à criança pobre, por meio de críticas às instituições de amparo à infância existentes. No seu entender, essas crianças viviam sem o menor preceito de higiene, contrariando os princípios científicos e sociais que deviam presidir essas instituições (CARNEIRO, 2000). Propõe, então, a organização de uma iniciativa de assistência à infância com ações de filantropia científica, em um instituto voltado para o atendimento às crianças “desvalidas”, por meio de práticas especializadas de saúde e cuidado, desenvolvidas pelo médico-higienista Moncorvo Filho, que formulou modelos ideológicos e institucionais que podemos considerar representativos da percepção dos médicos da época sobre a assistência à criança, constituindo-se em uma ação de utilidade pública, com reconhecimento na figura do seu fundador.

No Brasil, o movimento de proteção materno-infantil ganhou força no período republicano, integrando o projeto reformador e modernizador de construção da nação brasileira. Desta forma, em 24 de março de 1899, o médico Arthur Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ)³, o qual se

³ Funcionando como dispensário desde 1899, o IPAI-RJ foi solenemente inaugurado em julho de 1901. Em um prédio alugado à Rua Visconde do Rio Branco, nº 22, a cerimônia contou com a presença de personalidades proeminentes da época, como o então Presidente da República Campos Sales. Contou também com a presença de Arthur Azevedo, Alcindo Guanabara, Carlos Chagas, Coelho Netto, Evaristo Moraes, Hermes da Fonseca, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Lauro Müller, Lopes Trovão, Nilo Peçanha, Olavo Bilac, Quintino Bocaiúva, entre outros. Com o IPAI-RJ, Moncorvo Filho tencionava inaugurar uma nova fase na assistência à infância no Brasil. Assim, buscando estabelecer

converteu em um importante fator de filantropia, higienismo e caridade científica⁴. Instituição privada pioneira na construção de um modelo assistencial voltado exclusivamente para as crianças das camadas populares no Brasil, mas não sendo voltada apenas para uma atuação baseada na caridade⁵. Solicitava o recebimento de verbas ao Estado, mas o financiamento dessa nova caridade recaía sobre a iniciativa privada. Apesar do caráter de utilidade pública, concedido pelas autoridades do Rio de Janeiro em 1920, Moncorvo Filho não conseguiu maior atenção ou uma inserção na administração pública, através do recebimento de verbas. O médico frisou que o projeto fora criado e mantido por meios próprios, sem o menor auxílio, quer do Estado quer da municipalidade, para que não houvesse nenhum proveito político de quaisquer instâncias, sem contrapartida ao seu projeto (MONCORVO FILHO, 1926). Carecendo análise sobre o aspecto concernente à apropriação de verbas públicas para o desenvolvimento de tarefas que ainda não estão claramente definidas a quem correspondem.

Segundo Carneiro (2000), ao dedicar-se à pediatria seguiu novamente os passos do pai, de quem foi adjunto na Clínica de Crianças da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Para além de sua atuação clínica, Moncorvo Filho implantou iniciativas como a Obra da Cruz Verde, na qual ministrou, em 1915, um curso popular de higiene infantil, e a Obra da Cruz Branca, em 1920, voltada para o combate ao analfabetismo. Participou da criação de diversas associações científicas, como a Sociedade Científica Protetora da Infância, a Sociedade Eugênica de São Paulo e a Sociedade Brasileira de Pediatria. Esta última, criada em 27 de julho de 1910, foi presidida por Moncorvo Filho entre 1933 e 1934, quando teve como vice-presidente Martinho da Rocha (CARNEIRO, 2000, p.131). As muitas atividades associativas possivelmente contribuíram para a disseminação do ideário de Moncorvo Filho e para seu reconhecimento entre os pares. Tais fatos lhe garantiram posteriormente o título de pioneiro na bandeira de luta pela assistência médico-social da criança brasileira, conferido por alguns militantes do campo da pediatria (p.100).

Compondo uma rede estratégica de intervenção, visando, assim, contribuir para a formação da “consciência eugênica” no seio das classes populares, Moncorvo Filho mobilizou esforços, visando realizar estudos científicos, atendimento médico e hospitalar, filantropia, inspeção às fábricas e às escolas, regulamentação das amas de leites e parteiras, orientação de higiene e profilaxia às mães, bem como divulgação científica, por meio do periódico “Archivos de Assistência à Infância”, que circulou de 1902 a 1939 (FREIRE e

a legitimidade do Instituto, Moncorvo Filho demonstrou em seu discurso a carência do país no campo da assistência e proteção à infância. (CARNEIRO, 2000, pp. 113-115).

4 O IPAI-RJ fora muito importante para implementação de políticas públicas para a infância. Moncorvo filho em 1919 desenvolveu um projeto de caráter nacional para, sobretudo, pensar e estimular a intervenção do Estado na causa da assistência à criança pobre. Seu projeto, em se tratando de estatística e organização foi a base para a implementação do Departamento Nacional da Criança (WADSWORTH, 1999).

5 Houve, pois, a mudança de uma assistência caritativo-religiosa a uma assistência baseada na caridade-científica, no Brasil do final de século XIX ao início do XX, sendo uma das principais justificativa “o bem coletivo do desenvolvimento nacional.” Foi um debate divulgado entre as camadas letradas e as elites em geral, esta defesa da proteção à infância desamparada como necessária ao progresso da nação brasileira republicana (MARCÍLIO, 2006).

LEONY, 2011). Com base nas estatísticas realizadas em seu instituto, o médico assegurava que, entre os principais fatores responsáveis pela mortalidade infantil, figuravam as moléstias “ocasionadas pelos vícios de regime, [e] pela nutrição mal digerida ou imprópria” (Moncorvo Filho, 3 abr. 1906). Reafirmava o papel central da alimentação no inventário prescritivo da higiene infantil e, por consequência, na construção da nacionalidade. Nesta via, segundo Freire e Leony (2011), em uma conferência médica, Moncorvo Filho apontou que o progresso moral e material e a própria felicidade da nação só se concretizariam ao resolvermos a questão da primeira infância, pleiteando a seus ouvintes que passassem a se preocupar com a temática.

Força é confessar que o carinho, o desvelo em toda a parte consagrado a essa enorme e fragil facção da sociedade, nos primeiros tempos de vida, pela conjuração dos desastres oriundos do preconceito, da ignorância, da falta de hygiene sobretudo alimentar e do abandono physico e moral, não era evidentemente exercido entre nós, o que com destaque, contrastava com o grão de civilização aque atingiramos. Todos, mesmo aquelles de mediocre leitura do que se passa em qualquer paiz culto do mundo sabem quanto carinho ahi merece a infancia, qual o interesse, sob o tal ponto de vista dos Homens de Estado, políticos, economistas, medicos, higienistas, e a infinidade de instituições creadas no sentido de amparar directa ou indirectamente as creanças maxime no primeiro dia de vida (MONCORVO FILHO, 1914, pp. 10-11).

Sob essa ótica, para Silva Jr. e Garcia (2014), a análise das proposições apresentadas por Moncorvo Filho permite compor um padrão de intervenção balizado na filantropia e na assistência científica. Se, por um lado, a filantropia é concebida como prerrogativa cristã da doação e da caridade promovida por homens e mulheres que tinham condições de socorrer os necessitados, por outro, a ideia que prevalece é a de que os conhecimentos advindos com a razão médica e, portanto, científica, deveriam estar na base do atendimento profissional à população (SILVA JR. e GARCIA, 2014). Conforme os autores, a análise do Programa Geral do Instituto evidencia o predomínio atribuído ao discurso científico pautado e legitimado nas noções de razão, de justiça, de verdade e de ciência. O projeto assistencial organizado por Moncorvo Filho articulava ciência e filantropia como vigas de sustentação, a partir das quais travaria uma “luta” em prol da proteção à infância pobre. A primeira era desempenhada por um grupo de profissionais que, à luz da pediatria e das ciências anexas, se entregavam ao estudo dos males que acometiam a infância, contribuindo, assim, com o cabedal científico produzido à época. A segunda foi colocada em prática por sócios, benfeitores e, especialmente, pelas “Damas da Assistência à Infância”⁶, comissão de senhoras da sociedade, que prestavam serviços beneméritos no

6 De acordo com o Artigo 2º dos Estatutos das Damas da Assistência à Infância poderiam conglomerar essa Associação “toda a senhora de moralidade reconhecida e maior de quinze anos [...]” (Archivos de Assistencia a Infancia, 1907, p. 19). Assim, segundo o jornal Correio da Manhã, de 06 de setembro de 1906, “cerca de 1.500 nomes de senhoras da nossa melhor sociedade [...] foram convidadas para fazer parte da nova Associação”. Por intermédio de suas redes de sociabilidade, as Damas da Assistência empenharam seu prestígio de classe às ações realizadas e às demandas assumidas pelo IPAI-RJ (SILVA JR e GARCIA, 2014).

IPAI-RJ (SILVA JR. e GARCIA, 2014).

Isto posto, difundiam-se conhecimentos científicos como os resultados de análises realizadas por Moncorvo Filho e médicos estrangeiros sobre a composição do leite materno e sua adequação ao organismo infantil, além de tabelas de crescimento de crianças amamentadas e estudos sobre a relação entre aleitamento artificial e mortalidade infantil (FREIRE, 2004). As práticas pedagógicas do IPAI-RJ apoiavam-se em recursos tecnológicos inovadores, como o uso de ‘projeções luminosas’ e dispositivos do tipo lanterna mágica, o que devia contribuir para conferir um caráter moderno aos seus propósitos e também garantia a publicidade de suas atividades. A exibição do filme “Em torno do berço”, acompanhando a conferência de mesmo nome de Moncorvo Filho em março de 1914, no cinema Odeon, assistida por autoridades, membros da elite urbana carioca e do presidente Hermes da Fonseca, é um bom exemplo dessa estratégia (MONCORVO FILHO, 1914).

Com esse intuito filantrópico, o Instituto congregou homens e mulheres das elites e da classe média, identificados com a crença de que a solução para os problemas que acometiam a infância, como: a morbidade, a mortalidade, o abandono e o analfabetismo, deveriam advir de um combate “sem tréguas” em prol da assistência e da educação das crianças (WADSWORTH, 1999). Nesse particular, observa-se a forma como Moncorvo Filho buscava intervir no corpo social, por meio de serviços profissionais considerados como “obras humanitárias” oferecidas aos “menores moralmente abandonados”.

Sobre isso, é importante pontuar que o apoio da imprensa a Moncorvo Filho em diferentes jornais, como *A Imprensa e Correio da Manhã*⁷, entre outros, refletia-se nos títulos que lhe eram conferidos em matérias sobre o IPAI-RJ, como o de “Benemérito da Humanidade”, “Sacerdote do Bem” e “Rousseau Brasileiro” (FREIRE, 2004). Vale sublinhar que Moncorvo Filho (1926), para a difusão de seu ideário, contou com o apoio de segmentos importantes da imprensa, considerada por ele um representante legítimo das liberdades e interesses sociais. Em várias oportunidades expressou sua gratidão pelo empenho e pela generosidade dos jornalistas com a causa da infância, nomeadamente Alcindo Guanabara, Coelho Neto, Evaristo de Moraes e Alfredo Balthazar da Silveira (MONCORVO FILHO, 1926, p.232). Dito isto, o jornal *Correio da Manhã*, cujo fundador, Edmundo Bittencourt, era membro da Comissão de Imprensa do IPAI-RJ, teve papel singular na divulgação das ideias do Instituto e atividades ali realizadas. Isso se fez sentir em particular na campanha Pró-Infância, que entre 1905 e 1906 ensejou a publicação, nas páginas do periódico, de várias conferências de Moncorvo Filho visando à educação das famílias (FREIRE, 2004).

Nessa esfera, em consonância com Wadsworth (1999), coligando diferentes

7 Contrariamente à alegada neutralidade da imprensa, o *Correio da Manhã* pretendia diferenciarse dos demais como um periódico independente e “de opinião”. Seu impacto pode ser aferido pelas expressivas tiragens alcançadas desde seu lançamento, em 15 de junho de 1901. A prestigiada sessão *Pingos e Respingos*, assinada por Antônio Sales, reproduziu várias entrevistas com Moncorvo Filho, com notas elogiosas ao seu trabalho. O mesmo não ocorria com outros personagens do período: o diretor de Saúde Pública Nuno de Andrade, por exemplo, após as sátiras de Sales publicadas no jornal, em especial o mote “Tudo passa, e o Nuno fica”, foi demitido da função (EDMUNDO, 1957 *apud* FREIRE, 2004).

segmentos sociais envolvidos com a causa da infância, Moncorvo Filho, juntamente com seus colaboradores, buscou cindir estes dois vetores, ciência e filantropia, na institucionalização do que deveria ser a “grande cruzada civilizadora”⁸. Firmando-se a partir da vertente assistencial científica, o Instituto fomentou a validação dos aparatos científicos e do poder médico na superação de uma tradição prática condenável e obsoleta nos cuidados com a criança. Para o autor, consolidava-se desse modo, a supremacia da ciência na proteção, na cura e na regeneração da infância. A fórmula proposta requeria iniciativas no campo da cultura, das relações sociais, intervindo nas crenças arraigadas ao viver das pessoas. Para isso, a visão da ciência praticada pela Medicina instituiu a prerrogativa de que era possível transformar a sociedade a partir de um movimento filantrópico “livre” do que consideravam serem as velhas e “obsoletas” concepções nesse campo (WADSWORTH, 1999). Nessa direção, afirmava Moncorvo Filho que:

A filantropia, porém, diante dos celebres progressos da ciência, revolucionada, na metade última do século, por incomparáveis descobrimentos e o desmesurado progresso dos estudos sociais, não podia permanecer sufocada em seus antigos moldes, guardando a tradição dos seus velhos hábitos, nem tão pouco mantendo os seus sistemas sob muitas faces repudiados já pela Medicina e pela Higiene. Esta, particularmente, envolveu de tal maneira, condenando os antiquados processos de distribuição da caridade, que se chegou a operar em todo o orbe uma completa modificação das instituições existentes, criando-se uns cem números [sic] de outras e estabelecendo-se as mais variadas práticas a confirmarem os fins que a sociedade exigia ante as conquistas dos estudos científicos e sociais (MONCORVO FILHO, 1926, p. 194).

Acerca dessas concepções tracejadas acima, a mudança na assistência à infância teve relação com o desenvolvimento da medicina pediátrica no Brasil⁹. A partir da especialização e da segmentação da medicina, os campos do saber especializado, dentro da medicina, viraram terreno fértil para disputas. Conferências ocorriam e incluíam a participação de autoridades estrangeiras sobre o “assunto” (MARCÍLIO, 1998). O desejo dos médicos de liderar movimentos de intervenção social esteve associado à afirmação dessa categoria profissional na sociedade. Esse protagonismo médico nas formas de assistir a infância foi proposto pelo pediatra Moncorvo Filho, entusiasta e tributário dessa

8 Moncorvo Filho reconheceu a missão social e o compromisso na “cruzada” em prol da higiene da infância e do melhoramento da robustez da raça. Assim, o Instituto tinha por objetivo amparar a infância pelo estabelecimento de medidas eugênicas a serem apreciadas em nome do ideal civilizador. Em 1905, em decorrência das ações que vinha realizando no Instituto, Moncorvo Filho foi convidado pela Câmara dos Deputados a opinar sobre o projeto de instalação da assistência pública. Quatro anos depois, a convite do prefeito Serzedelo Corrêa, pôs-se a estudar a situação da criança no Rio de Janeiro, resultando desse estudo a apresentação do projeto de criação da inspeção sanitária escolar, que se constituiu na base da organização do Serviço de Inspeção Sanitária Escolar do Distrito Federal. (CARNEIRO, 2000, pp. 123-124).

9 Se até o século XIX a assistência apresentava um caráter religioso, a partir daí as políticas públicas de Assistência à infância desvalida foram atreladas ao pensamento higienista. Os médicos higienistas, a partir de então, estiveram diretamente envolvidos na criação das instituições de ensino infantil, bem como de assistência aos menores no Brasil. Buscavam não somente prestar serviços de caridade, mas visavam, ao contrário, a profilaxia e prevenção de doenças e comportamentos “desviantes”, era um serviço que ia diretamente de encontro às ideologias do Estado. Neste sentido, a assistência aos desvalidos ou órfãos significava “defesa da sociedade e proteção do homem honesto e de “bem” (ROCHA, 2003).

concepção. Na exaltação do saber médico como preponderante para a construção de um novo modelo assistencial, Moncorvo Filho criou um marco fundador da pediatria no Brasil a partir da atuação profissional do seu pai, apelidado de “Moncorvo Pae”, logo que o filho iniciou a sua carreira profissional (MONCORVO FILHO, 2002, pp. 82-84).

Diante disso, consoante com Rizzini e Palotti (1995), o Estado brasileiro, que exercia um papel predominantemente fiscalizador, passou a ser instado a intervir nas questões de amparo à população desassistida. Enquanto este amparo não vinha, a iniciativa particular desses médicos alertava para a importância de seus modelos assistenciais e da intervenção junto a estas camadas como forma de construção de uma ordem social da recente república brasileira. De acordo com Freire e Leony (2011), a promoção do bem-estar das camadas populares concebida por essa elite médica foi acompanhada de um discurso implicitamente vigilante sobre esses grupos.

Nesse particular, tendo como parâmetro os estudos de Wadsworth (1999), é inatacável a assertiva de que Moncorvo Filho estava ligado ao grupo de médicos higienistas que atuavam no Rio de Janeiro no início do século XX e foi atuante tanto no movimento higiênico quanto na intervenção sobre a maternidade e na proteção à infância. A ação educativa instituída buscava associar o interesse das famílias em preservar as crianças ao interesse da pátria, uma vez que a criança era identificada como o bem maior da nação. Nas palavras de Moncorvo Filho (1926, p.361), sua cruzada pela causa da infância destinava-se a preservar o “esteio do progresso” e da Nação.

A vós mães extremosas, cumpre procurar evitar os prejuízos que aniquilam os vossos filhos, para que tenhais a gloria suprema de constituirdes uma raça forte, preparada no físico para as escolhas da vida e dispostas às conquistas e vitórias para felicidade desta pátria. Na nutrição do recém-nascido uma série de preceitos devem ser observados de acordo com o que têm demonstrado a ciência e a experiência (MONCORVO FILHO, 1903, p. 32).

Nesse horizonte, em consonância com Silva Jr. e Garcia (2014), o controle das amas de leite mercenárias, ou seja, a venda de leite foi uma temática muito debatida pelos médicos higienistas, contrários, em grande medida, a essa prática. Utilizavam argumentos médico-científicos, alegando que com essa prática haveria maior sujeição dos lactantes a doenças. Além disso, segundo esses autores, era incentivado o vínculo entre mãe e filho por meio da lactação, como forma de constituição do “fazer maternal” vinculado a princípios burgueses (SILVA JR e GARCIA, 2014). Acrescentando a essa argumentação, Moncorvo Filho (1903) demonstrou a importância da nutrição e da higiene a ser observada, apresentando de forma clara e simples o processo biológico que acontecia com a criança em relação ao aleitamento materno:

O leite materno aspirado pela cavidade bucal, nesta mistura-se com uma insignificante quantidade de saliva com os micróbios que por acaso existem. Se houver alguma anormalidade da boca certamente perturbações graves diversas podem advir, no caso contrário o leite ali não sofre ação química

alguma. [...] Toda mãe deve, por conseguinte procurar alimentar, por si própria, o pequenino, ao qual dotou à natureza das necessárias condições para viver sob a tutela materna pela comunidade que estabelece a lactação; si esses laços sabiamente preestabelecidos se rompem, resulta desequilíbrio que redundam em prejuízo para o mais débil. Não deixa de ser verdade que a arte neste caso vem intervir para remediar o mal [...] (MONCORVO FILHO, 1903, pp. 4-5).

Consoante com a citação acima, ao propor os suportes científicos a partir dos quais deveriam firmar-se a assistência e proteção à infância, Moncorvo Filho estimulou a emergência em se incrementar ações direcionadas a promover a higiene pública social da criança (CÂMARA, 2010, p. 159). A medicina ganharia características preventivas através do modelo higienista, combatendo as causas de insalubridade e de sofrimento, na prevenção às doenças evitáveis (MONCORVO FILHO, 2002, p. 54). Em um projeto que tinha por princípio cuidar dos corpos e moralizar a sociedade. Na consolidação desta instituição, percebeu-se o interesse das elites, a pouca intervenção governamental e o uso da filantropia na construção de uma imagem da benevolência, com finalidade de promoção pública¹⁰.

Um dos desejos da junta fundadora desta humanitária instituição, quando em seu princípio publicou o programa vastíssimo a seguir, foi sem dúvida alguma ensaiar e, pela primeira vez no Brasil, uma série de conferências, melhor me expressando, dizendo de conselhos metódicos dirigidos todos os meses em dia determinados, às mães pobres que têm a fortuna de recorrer a esta piedosa casa. Os médicos deste estabelecimento constituíram-se verdadeiros guias uteis e fieis para a nutrição, a educação e finalmente a salva-guarda da saúde de vossos filhos. Para que possas compreender o valor de tais benefícios é preciso que consideres dois fatores da maior importância. Um é que todos os profissionais, quer sejam médicos, farmacêuticos, dentistas, parteiras, sejam estudantes de medicina e massagistas em cujas carinhosas mãos vos entregais ou os vossos filhos, aqui estão diariamente nesta sublime missão, trabalhando gratuitamente, a maior parte até pecuniariamente contribuindo mensalmente com dinheiro e donativos de toda espécie para a manutenção deste exemplaríssimo templo de caridade (MONCORVO FILHO, 1903, p. 31).

Nesta via, através das práticas filantrópicas, havia a preocupação da sociedade que a praticava em preservar a imagem da Capital Federal limpa das mazelas causadas pelo pauperismo. A filantropia se trata principalmente de iniciar uma ação moralizadora ou cultural, de popularizar a inovação e de realizar campanhas sociais e humanitárias. Propagava, portanto, a importância de zelar pela saúde física e mental das crianças. Em consonância com Silva Jr. e Garcia (2014), Moncorvo Filho pode ser considerado exemplar representativo do modelo do pensamento médico social do período.

¹⁰ A proteção à infância se configurou como motor impulsionador, em todo o mundo ocidental, da criação de associações e instituições para cuidar da criança, desde o seu nascimento e em seus aspectos de sobrevivência, saúde e de direitos sociais. (KUHLMANN JÚNIOR, 2002, p. 464).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a criança como o futuro da nação e, portanto, uma revalorização da infância e o caminho mais adequado para proteger a criança seria através da higienização da maternidade e da criação dos filhos. Tomando como sujeitos históricos as crianças, filhas dos trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro, através do ensino de preceitos higiênicos, não só como a prática de procedimentos assépticos, de cuidados com as crianças, mas também como forma de pensar a reprodução dos filhos de forma racionalizada, dentro da concepção de puericultura¹¹, que seria apresentada por Moncorvo Filho como sinônimo de higiene da infância, tornando-se referência no direcionamento à educação sanitária da população.

Em linhas gerais, pelos autores trabalhados, tornou-se patente que a aplicação dessa nova maneira de criar os filhos, ou seja, da maternidade científica, não poderia mais acontecer com base nas instituições tradicionais asilares, então tratava-se de substituir essas instituições do modelo da roda, por outras instituições mais modernas onde seriam aplicados os princípios da higiene. No Rio de Janeiro, assim como por todo o Brasil, o ideário republicano destacava a criança como sujeito de processo de civilização. Salvá-la das mazelas sociais era um dos objetivos centrais. Daí a necessidade da criação de inúmeras instituições para abrigar, educar e proteger a infância.

A prestação dessa assistência à infância desamparada, ao mesmo tempo em que servia para promover o bem-estar dos assistidos na causa da proteção à infância, permitia uma aproximação e vigilância das elites sobre este segmento. Nesse sentido, para Dias (2007), o exercício da caridade como ação que visava à salvação da alma do benfeitor, através das obras piedosas, passou a ser no início do século XX um modelo desgastado, a falta de cientificidade, atestada pela ausência de médicos no comando dessas instituições caritativo-religiosas, e a insalubridade dos asilos passaram a fomentar os discursos que visavam à intervenção dos médicos no âmbito da assistência social.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias:

MONCORVO FILHO, Arthur. **Higiene publica - Da alimentação pelo leite**. Comunicação apresentada à Sociedade Protectora da Infancia em 8 de novembro de 1902. São Paulo: Gazeta Clinica, 1903.

_____. **Em torno do berço**. Rio de Janeiro: Conferência Médico-Social, realizada em 11 de março de 1914 no cinema Odeon. In: A Tribuna Médica. Rio de Janeiro, ano 20, n. 5, p. 85-106, mar. 1914.

_____. **Histórico da protecção á infância no Brasil (1500-1922)**. Departamento da Criança no Brasil. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti & Cia, 1926.

11 A puericultura é a ciência que se ocupa de cultivar a criança [...] nasceu da colaboração efetiva dos médicos e dos filantropos [e] quem se entrega a praticá-la não se torna somente útil à defesa do indivíduo, estende seus serviços à causa da pátria. (MONCORVO FILHO, 1926, p.69).

_____. Assistência Pública e Assistência Privada. Reflexões e Regulamentações. In: ACTAS e Trabalhos. **Primeiro Congresso Nacional dos Práticos em comemoração ao centenário da Independência do Brasil** *apud* PEREIRA NETO, 2002.

Fontes secundárias:

CÂMARA, Sônia. **Sob a guarda da República:** a infância menorizada no Rio de Janeiro na década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CARNEIRO, Glauco. **Um compromisso com a esperança:** história da Sociedade Brasileira de Pediatria - 1910-2000. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

DIAS, Patrícia Fortunato. **Da higiene à eugenia:** um percurso de salubridade francesa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

DUPRAT, Catherine. **Pour l'amour de l'Humanité.** le temps des philanthropes. Paris, Éditions du CTHS, t. I., 1993.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. **A caridade científica:** Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). História, Ciências, Saúde–Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011.

_____. **Mulheres, mães e médicos:** discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009.

_____, et al. **Moncorvo Filho e a campanha Pró-Infância.** Anais do 9º Congresso Brasileiro de História da Medicina, 2004, Rio de Janeiro. Jornal Brasileiro de História da Medicina, Rio de Janeiro, v.7, p.14. 2004.

GONDRA, José Gonçalves. **A sementeira do porvir:** higiene e infância no século XIX. Educ. Pesquisa. 2000, vol.26, n.1 p. 99-117.

_____. Modificar com brandura e prevenir com cautela. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (orgs). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (orgs). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726-1950.** In: FREITAS, Marco Cesar. História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez Editora, 2001.

RIZZINI, Irma; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: Raízes históricas das políticas públicas de para a infância no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **Educação escolar e higienização da infância**. Cadernos Cedes 59. Educação pela higiene. Histórias de muitas cruzadas. Campinas, v. 23, n. 59, abril, 2003.

SILVA JR, Nelson Gomes de Sant Ana e GARCIA, Renata Monteiro. **Moncorvo Filho e algumas histórias do Instituto de Proteção e Assistência à Infância**. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, Ano 10, nº2, 2014. Disponível em: <<http://www.revipsi.uerj.br>> Acesso em: 19 de ago. 2024.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, dez. 2011.

WADSWORTH, James E. **Moncorvo Filho e o problema da Infância**: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. Revista Brasileira de História, v. 19, n. 17, São Paulo, Sept, 1999.